



Forestis

BOLETIM TRIMESTRAL • NÚMERO 3 • ANO 1 • JANEIRO 1997

DIVULGAÇÃO

A *Forestis* tem vindo a desenvolver acções de divulgação dos incentivos que apoiam a melhoria do espaço florestal. Como tal tem vindo a efectuar reuniões de divulgação em Juntas de Freguesia com vista a dinamizar agrupamentos florestais. Se é proprietário florestal participe nas reuniões que se realizem na sua zona. Contacte-nos.

CARTA DE APTIDÃO FLORESTAL

A carta de aptidão para o espaço florestal começa já a ter aplicações. Os projectos apresentados pela *Forestis* nesta campanha baseiam-se em dados da zonagem elaborada com a metodologia usada para a carta de aptidão, permitindo apoiar o trabalho dos técnicos que elaboram os projectos.

No próximo número saiba as vantagens de aderir a um agrupamento.

SUMÁRIO

Editorial	3
Série Economia Florestal	4
Vida da <i>Forestis</i> / Vida das Associações Florestais Locais	5
Artigo Opinião	8
Tradições	9
Fichas Técnicas	10

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 3

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

CENTRO DE CITOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO

TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156

PRODUÇÃO: MEDIANA, SOCIEDADE GESTORA DE IMAGEM E COMUNICAÇÃO, SA.

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ROSARIO ALVES; MARIA ISABEL ANDRADE; JOSÉ AUGUSTO MARTINS; HELENA RAMOS; J. MOREIRA DA SILVA; DIANA TORRES; PORTUCEL VIANA

EDITORIAL

Muitos de nós pensa que, no sector primário, principalmente da zona Norte e Centro onde está instalada metade da floresta portuguesa, com grande predominância do pinheiro bravo e eucalipto, que os incêndios florestais, a estrutura da propriedade, pulverizada e dispersa, os problemas de ordem social e outros são os mais importantes factores do estrangulamento de toda a fileira.

Quer seja pelo desinteresse dos proprietários na gestão das suas matas, por falta de força de diálogo com os parceiros da fileira; na defesa dos seus povoamentos florestais contra incêndios por falta de capacidade evidente em evitá-los e combater-los; pela desorganização da indústria, nomeadamente a do pinho, pela falta de triagem, para um melhor aproveitamento da matéria prima posta à sua disposição.

Neste espaço todo, no minifúndio tradicional, com cerca de 1,5 milhões de ha, poderia aumentar, a médio prazo, a sua produção, em quantidade e qualidade, numa elevada percentagem que quase duplicaria o valor do material lenhoso e ajudaria, de facto, a aumentar substancialmente o seu valor acrescentado em toda a fileira.

Em recente estudo elaborado, com grande profundidade, pelo **Conselho para a Cooperação Ensino Superior e Empresa**, apresentado nos princípios de Outubro num Seminário de 2 dias na Póvoa do Varzim, apoiado num volumoso documento da responsabilidade do grupo de trabalho, constituído *ad-hoc* para se debruçar sobre «**O Sector Florestal Português**», escreveu-se, logo na apresentação:

«Temos reconhecido no CESE que o maior estrangulamento da fileira se encontra no sector primário».

Mais recentemente, nos fins de Novembro, e por encomenda das principais indústrias da fileira, foi elaborado um documento «**Propostas para o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa**» onde se afirma que «*a reestruturação do sector florestal surge como um grande desafio quer para o sector privado quer para o Estado*».

Quanto à produção florestal refere a má ocupação do solo, imperfeita estrutura da propriedade, agravada pela insipiência do movimento associativo, etc., etc. Sobre a estrutura do sector industrial, apelida-a de inadequada com pequena dimensão, baixa capacidade tecnológica, financeira e comercial, com aplicação de menor valor acrescentado e baixo grau de aproveitamento das melhores potencialidades de material lenhoso.

Dias atrás, um eng^o florestal irlandês contou-nos *uma história de pasmar*: «**um pequeno país que depois de muitas vicissitudes, mortes, fome, humilhações, conseguiu a independência dum grande e poderoso império**». Criou uma empresa pública encarregada da gestão das florestas do Estado que foram constituídas na Irlanda, com a compra de terrenos improdutivos extremamente pulverizados e a baixos preços, tendo-se conseguido blocos com áreas extensas que deram lugar a eficientes gestões.

Para este sucesso bastou que houvesse **dimensão conveniente e pro fissionalismo responsável**.

É neste tipo de filosofia que o Associativismo florestal deve assentar, numa intervenção directa e constante dos proprietários na Gestão e Defesa conjunta das suas matas. E não fuçamos a um problema que teremos muito cedo de enfrentar: as Associações florestais têm de ser organizações de **produção conjunta** e não meros agentes de **venda conjunta de produtos**.

Devo acrescentar que esse passo que se deseja, tão simplesmente apresentado com duas simples palavras - **dimensão e profissionalismo**, é um passo de gigante que terá de ser dado por etapas sucessivas, ajudadas por uma forte intervenção do Estado, com criação de incentivos fiscais, empréstimos a longo prazo, com juros bonificados, e subsídios a todo este movimento que envolve a sociedade no seu conjunto para se alcançarem aquelas duas palavras-chave.

A produção tem de se organizar a sério, fazendo com que as Associações nascentes se tornem rapidamente em organizações de Gestão e Defesa conjuntas, para terem **dimensão**, e geridas com o maior **profissionalismo** dos dirigentes e executantes.

Com uma produção actual as indústrias dependentes do pinho (serrações, mobiliários, painéis e celulose, em parte) estão numa encruzilhada difícil que se pode traduzir assim:

- se intensificarem o consumo põem em causa a capacidade da oferta;
- se se ajustarem às limitações da oferta põem em causa o futuro de muitas empresas;
- se quiserem contribuir para aliviar estas limitações, terão de investir no sector primário.

Também poderão recorrer, e já recorrem, a duas outras vias nada interessantes para o nosso desenvolvimento:

- **importar** matéria-prima deixando que a produção, por falta de estímulos, continue a definir;
- **exportar** a sua actividade industrial para o estrangeiro, pouco se inco modando com a produção nacional ou com as saídas de capitais que tanta falta nos fazem (principalmente aos mais desprotegidos pelo aumento do desemprego).

A escolha das atitudes do sector secundário vai depender da capacidade empresarial dos proprietários florestais ou dos seus legítimos representantes.

J. Moreira da Silva

(excertos da comunicação apresentada ao I Seminário Florestal do Lima, 14 Dez '96)

SÉRIE: ECONOMIA FLORESTAL

Alguns comentários sobre a produção na fileira florestal

A fileira florestal tem, a nível nacional, importância económica muito relevante nomeadamente no que se refere às exportações (12%).

A sua relevância torna-se ainda maior por o seu peso poder aumentar quer ao nível do sector primário, onde a taxa de ocupação florestal pode e deve crescer, quer no que respeita ao aproveitamento das matérias-primas a jusante da produção, que pode diversificar-se e aumentar o valor acrescentado dos produtos.

Daqui se conclui que toda a fileira deverá ser considerada como prioridade na economia Portuguesa.

Importa, pois, que numa época em que se fala de escassez de matéria-prima se tomem, de uma vez por todas, medidas concertadas que defendam os diversos **agentes** da fileira e em especial a **produção**.

A **produção** é sem dúvida o elo mais importante da cadeia visto ser ela que «alimenta» todos os outros agentes, quer se trate de empreiteiros, engenheiros, projectistas, madeireiros, industriais ou funcionários da administração pública.

O **proprietário florestal** deve, por isso, ser tratado com a merecida atenção por todos os intervenientes na fileira e em especial pelo Estado que é sem dúvida quem recolhe os maiores dividendos.

A actividade deve ser regida por uma estratégia sectorial bem definida e projectada no tempo de modo a se obterem os melhores resultados possíveis a curto-médio prazo e estabelecer metas a atingir a longo prazo.

É necessário que os intervenientes saibam *a priori* que rumo se pretende seguir e com que condições é que podem contar para encetar a caminhada.

A sucessão de políticas mais ou menos avulsas que têm vindo a vigorar ao longo dos últimos anos, tem de ser substituída por estabilidade nas directrizes que regem o sector por forma a promover um clima de confiança, tão importante nesta actividade como aliás em qualquer outra actividade empresarial.

Em relação aos agentes da fileira que se ocupam

da transformação, o proprietário deve manter uma relação próxima e receber destes o «feedback» que necessita para orientar a sua produção.

A ligação entre a produção e a transformação é outro dos pontos que precisa de regras bem definidas a começar pela estabilização dos preços da matéria-prima e valorização real da qualidade da mesma.

Ao mesmo tempo que deve exigir do poder político e dos parceiros da fileira o tratamento devido, o proprietário não se pode alhear das suas responsabilidades: pertence-lhe um património que não deve nem pode ser desaproveitado. A posse da terra não lhe dá o direito de por passividade ou desleixo destruir uma riqueza Nacional.

Tem que inevitavelmente se organizar com outros proprietários para poderem fazer a gestão e defesa da sua floresta de modo eficaz e lucrativo. De facto, de entre os vários problemas que assolam a actividade florestal no Norte e Centro de Portugal, talvez os que necessitem de resolução mais imediata sejam aqueles que se prendem com a **organização dos proprietários florestais**.

A produção, devido às características minifundiárias da generalidade das propriedades, só pode progredir se forem criadas unidades de exploração com dimensão suficiente para tornar viável os investimentos e custos das diversas intervenções silvícolas.

As organizações de Proprietários Florestais estão a iniciar um trabalho que se pretende de organização e união de esforços para que o sector da produção dê o salto, mas nada poderão fazer se não existir uma política florestal coerente, estável, exequível e meios financeiros que são hoje, reconhecidamente insuficientes para o sector.

Dizia o Director Geral numa entrevista ao jornal Público «**chegamos a um ponto de viragem**». Esperemos que para um rumo melhor.

Quanto à floresta... se desorganizada já é o que é, imagine-se organizada!

Rosário Alves

(Técnica da Forestis)

VIDA DA *Forestis*

Manifesta '96

Forestis

Nos passados dias 14 a 17 de Novembro de 1996 a *Forestis* participou na Manifesta'96 – Assembleia e Feira do desenvolvimento local que teve lugar em Tondela, que permitiu divulgar na região centro as actividades desta associação.

Por ocasião da Feira foi também lançado o Caderno temático sobre associativismo florestal elaborado pela *Forestis* e editado pela

Animar, que apresenta a experiência da *Forestis* e das associações florestais locais nas suas actividades para desenvolver o associativismo.

Para adquirir este caderno contacte a Forestis ou a Animar (Prof. Artur Cristóvão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Sociologia e Economia Rural, 5000 Vila Real).

VIDA DAS ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS LOCAIS

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE BASTO

Av. Bento Elísio de Azevedo, Lt 14 2º Dto
4860 Cabeceiras de Basto
Tel./Fax. (053) 66 53 09

A Associação Florestal de Basto alargou o seu corpo técnico com uma socióloga e um bacharel da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, esperando assim prestar um apoio mais estreito aos seus sócios.

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO LIMA

Antigos Paços do Concelho
Praça da República
4990 Ponte de Lima
Tel. (0931) 625 099

Não perca no próximo número o artigo sobre o I Seminário Florestal do Lima que

se realizou no passado dia 14 de Dezembro.

DUAS NOVAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS

A **ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE ENTRE DOURO E TÂMEGA** que actua nos concelhos de Amarante, Baião, Resende e Cinfães e a **ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO AVE** que actua nos concelhos de Santo Tirso, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão, Fafe e Vieira do Minho estão a dar os primeiros passos para a sua actividade. A Associação Florestal de Entre-Douro e Tâmega realizou no passado dia 14 de Dezembro a sua primeira Assembleia Geral, e ambas preparam a admissão de técnicos. No próximo número daremos mais informação sobre estas novas associações.

Realizadas mais duas acções de formação para proprietários florestais.

Foram financiadas pelo Fundo Social Europeu, promovidas pela Forestis e realizadas em colaboração com as Associações Florestais do Lima e do Cávado. Mais uma vez vos deixamos o relato de dois formandos que participaram nestas acções

«Associativismo, gestão e defesa florestal»

Diana Torres

Sócia da Associação Florestal do Lima

Das longínquas, veneradas florestas do meu país, guardo as recordações da sua grandiosidade e beleza, do mistério do seu interior mais profundo, dos benefícios da sua existência para toda a humanidade – Amazônia, Pulmão do Mundo – e de todas as polémicas geradas em relação à sua exploração desenfreada. Mas como amante da natureza, razão porque decidimos fixar a nossa residência na aldeia, uma simples árvore é digna de toda a nossa admiração e como ser vivo, deve ser tratada com o maior cuidado e carinho. Aqui em Portugal, enquanto admiramos obras feitas de reflorestação e plantio, também já assistimos a algumas agressões, tal o desrespeito com que as árvores e a memória dos antepassados que no-las legaram são tratados. Algumas vezes verdadeiros atentados foram cometidos em nome de um progresso que não é bem entendido, como por exemplo o derrube das seculares tílias de Ponte de Lima ou dos eucaliptos da estrada em Geraz do Lima, e, mais recentemente, da maior mancha europeia de um tipo raro de carvalhos no Alentejo.

Também por diversos factores que não nos são alheios e que a não pouco controversa política agrícola comunitária tem agravado, assistimos à transformação deste outrora «jardim à beira mar plantado» em silvado desordenado a que o abandono das terras conduz. E este mesmo abandono, principalmente aqui no Norte, dada a sua topografia não tem, na maioria das regiões, qualquer possibilidade de alternativa, a não ser a florestação das encostas dos montes, dos socacos dos vales, das pequenas leiras que nenhum emparcelamento irá rentabilizar para a agricultura tradicional.

Porque temos terras nestas condições, e porque acreditamos no associativismo como única alternativa capaz de dar força às aspirações daqueles que possam ter objectivos comuns, tivemos a sorte de, talvez por acaso, encontrar no nosso caminho a Associação Florestal do Lima, de cujos objectivos comungamos. Fizemo-nos sócios e pretendemos ser divulgadores da sua causa, que a todos os proprietários rurais, e mesmo a todas as populações deste maravilhoso vale deve sensibilizar. É que será talvez uma das poucas alternativas para que a Costa Verde seja cada vez mais verde e para que uma terra pouco produtiva possa ser melhor aproveitada e possa contribuir, ainda que com uma pequeníssima parcela, para a fixação das populações e para a preservação do ambiente.

Quando soubemos da realização do Curso de associativismo, gestão e defesa florestal de imediato aderimos, pois é imprescindível não só melhor conhecer as espécies e tudo o que lhes diz respeito – habitat adequado, moléstias, cuidados a observar, tratamentos, acções preventivas contra o flagelo dos incêndios, etc, como estar a par dos mecanismos oficiais que ajudam aos interessados na florestação das matas e plantio de árvores em terrenos de cultivo.

E foi o que aconteceu neste curso, para além dos laços de amizade que se criaram entre todos os participantes, alunos e professores com muito amor à causa, profundos conhecimentos e muita vontade de os transmitir. Creio que os objectivos foram amplamente conseguidos, tanto na teoria das aulas quanto nas observações de campo e se melhor não foi é porque o tempo nem sempre ajudou as nossas visitas. As matérias foram bem escolhidas e suscitaram o interesse geral, o local das aulas foi magnífico, quer pelas estruturas que proporcionou quer pela modernidade dos meios disponíveis, os meios de transporte, os alojamentos e as refeições foram sempre da melhor qualidade e os subsídios que nos foram pagos compensam o tempo e as despesas efectuadas para participarmos. Um sucesso absoluto.

Naturalmente que estas acções de formação não podem ser o fim de um programa, mas o início de um Projecto que terá de envolver Associações, Governo, Técnicos, Associados e a População em geral.

É necessário divulgar e angariar adeptos, para criar força. Foi por um simples acaso que tomámos conhecimento desta associação, pelo que terá de ser estudada uma estratégia mais agressiva.

É fundamental iniciar projectos aqui no Vale do Lima, que sejam vistos, pois as nossas gentes são como S. Tomé e como também são um pouco «Maria vai com as outras» os primeiros sucessos terão certamente um efeito multiplicador. Se um emigra para a Suíça vão todos a seguir, se um planta kiwis, todos plantam...

É imprescindível portanto ter obra feita, divulgar objectivos e vantagens a toda a população rural. Tácticas a seguir? Talvez criar e treinar núcleos de divulgação, pois funcionários em gabinete de nada servem para o efeito; editar folhetos simples e bastante ilustrados – muitas fotos e pouco texto, e talvez distribuí-los aos Sábados e Domingos às portas das igrejas; envolver as escolas, professores e alunos.

Enfim, os órgãos dirigentes devem estudar a melhor estratégia e devem procurar muito rapidamente fazer a adequada divulgação. Tem de servir a todos os seus associados com igual interesse, grandes ou pequenos proprietários, e tem que lutar para que o seu número aumente significativamente.

Da nossa parte toda a vontade em colaborar. Sendo o plantio de uma árvore um investimento de médio ou longo prazo, vamos de imediato lutar pelas nossas convicções de amor à natureza e tentar legar às próximas gerações um mundo melhor.

Maria Isabel Andrade

Sócia fundadora da Associação Florestal do Cávado

Pequena proprietária florestal de terrenos situados quase no limite do concelho de Esposende com o de Barcelos há muito tempo que sentia que a floresta era e continua a ser a irmã pobre da nossa economia, abandonada pelos organismos oficiais, instituições, autarquias e pelos próprios proprietários.

Com uma importância estratégica dominante na economia nacional e um contributo muito positivo na sua balança das transacções com o exterior é a sua gestão partilhada e interferida por dezenas de departamentos e organismos oficiais que em nada vêm contribuindo para o seu desenvolvimento racional sustentado e para a sua eficiente protecção.

De alguns contactos anteriores com os organismos que nela directamente superintendem ficou-me a sensação da sua forte incapacidade técnica (salvo algumas honrosas excepções) falta de resposta adequada e atempada e uma enorme falta de meios e de recursos humanos.

Os incêndios do Verão de 1995 que consumiram dezenas de hectares de matos, pinheiros e eucaliptos no concelho de Esposende já tão despido do seu manto florestal por força do desenvolvimento urbanístico cuja primeira regra tem sido, incompreensivelmente, a «desmatação», foram a causa próxima da minha decisão de integrar e dinamizar o nascimento da Associação Florestal do Cávado que se pretende cada vez mais alargada, actuante e poderosa ajudando a mudar tudo neste tão importante e esquecido reino da natureza.

Foi assim também que aderi de imediato à acção de formação promovida pela **Forestis** a realizar conjuntamente com a Associação Florestal do Cávado e cujas ideias chave desde logo me sensibilizaram:

« *Associativismo, Gestão e Defesa Florestal* »

E se já eram grandes as minhas dúvidas, receios e desconfianças relativamente ao sector, à sua gestão (?) e ao seu futuro, mais esclarecida fiquei quanto ao gigantismo das tarefas a realizar e das barreiras... a ultrapassar umas e pura e simplesmente a derrubar outras.

Só por isto valeu a pena a minha participação na acção de formação que decorreu entre os dias 9 de Outubro e 12 de Novembro deste ano, no museu de olaria em Barcelos. Porém a variedade de temas

expostos, a informação transmitida e os assuntos tratados (alguns infelizmente de modo algo superficial por falta de tempo) aliados a uma grande dedicação e competência técnica e pedagógica da coordenadora e dos formadores contribuíram para que todos os participantes passassem a ter um conhecimento actualizado do sector, da sua grandiosidade e fraquezas e do que poderá e deverá ser feito para modificar o estado das coisas:

Associar – criando-se áreas de intervenção de dimensão racional, rentável e representativa, reclamando poderes consultivos e mesmo executivos em planos de desenvolvimento sócio-económico e na gestão e atribuição de verbas comunitárias para o sector.

Gerir – como unidade empresarial que deve constituir, a floresta tem de ser definitivamente encarada como fonte de riqueza das populações, geradora de emprego e bem estar social.

Defender – de todas as agressões, nomeadamente a urbanística dos PDM que teimam em consi-



derar os solos e zonas florestais como urbanizáveis assistindo-se impavidamente ao abate da floresta e simultaneamente ao abandono de terrenos agrícolas por aí serem negadas licenças de construção habitacional. A floresta deve ser, porém, ocupada para ser defendida, mas ocupada com respeito absoluto pela natureza.

Defender dos incêndios que pese embora a parafernália de equipamentos não se apagam combatendo-os mas sim evitando-os, canalizando-se pois os milhões de contos afectos ao combate para as Associações Florestais que saberão, por certo, implementar as medidas de defesa da Floresta cujos proprietários só elas representam.

Esta foi pois uma **boa acção**.

Que todos os que nela participaram saibam aplicar os conhecimentos adquiridos e transmiti-los a todos quantos tenham algo a ver com a Floresta e a urgente tarefa de a transformar.

É imperioso. É urgente.

Neste número contamos com o contributo
da Portucel Viana, num artigo sobre

ASSOCIATIVISMO FLORESTAL

Portugal é um País com escassos recursos naturais, mas com excelente aptidão florestal. Mais de metade dos quase nove milhões de hectares que constituem o território nacional não têm aptidão agrícola e deveriam portanto, estar florestados, tanto mais que o país tem condições geográficas e climáticas ideais para o desenvolvimento da silvicultura.

Apesar disso a floresta portuguesa cobre apenas cerca de um terço do território do continente, e mais de metade dos solos com vocação florestal não estão arborizados, enquanto as áreas agrícolas ultrapassam largamente a respectiva capacidade de aproveitamento rentável.

Se de facto vierem a ser florestados solos com essa aptidão e com boas condições de arborização é previsível um forte incremento da produtividade, potenciada pela pesquisa, desenvolvimento e divulgação de técnicas modernas de exploração dos solos (matéria que em Portugal tem algumas potencialidades) e de prevenção de fogos florestais.

Sendo que mais de 85% da mancha florestal nacional é pertença de centenas de milhares de proprietários privados, correspondendo ainda 12% a matas comunitárias e apenas cerca de 3% de propriedade do Estado, torna-se evidente que o desenvolvimento sustentado da floresta portuguesa passa quase exclusivamente pelos agentes privados do sector.

Neste quadro, a par da definição de uma cor-

recta política do ordenamento do território, tornam-se indispensáveis adequadas medidas de política florestal incentivadoras à iniciativa e aproveitamento das capacidades dos produtores florestais privilegiando o seu associativismo, do qual a *Forestis* e as Associações Florestais Locais entretanto criadas, constituem um bom exemplo.

Na Portucel Viana vemos este modelo de organização dos produtores florestais como um caminho que, seguramente, poderá introduzir alterações bastante positivas na produção florestal do nosso País. Através de uma associação desta natureza será possível não só desenvolver um conjunto de acções de sensibilização, informação e formação junto dos produtores florestais, alargando o reconhecimento da importância desta actividade, como também elaborar projectos florestais técnica e economicamente avaliados, conducentes a uma maior produtividade e rentabilidade de cada uma das explorações.

A Portucel Viana apoiará o incremento do associativismo florestal na convicção de que este permitirá realizar a gestão de áreas minimamente compatíveis com a exploração económica da floresta, tirando o maior aproveitamento do regime comunitário de ajudas ao sector instituído com a reforma da PAC, diminuir as áreas afectadas por incêndios florestais e aumentar o valor económico da floresta portuguesa.

TRADIÇÕES: A ÁRVORE DE NATAL

Forestis

O ritual de enfeitar a árvore de Natal tem origem em tradições da Idade Média. Quando no Outono as folhas caíam das árvores receava-se que se não se fizesse algo para agradar aos «espíritos das árvores» estes poderiam não regressar na Primavera seguinte, as árvores permaneceriam nuas e não dariam fruto. Assim, no solstício de Inverno peduravam nas árvores decorações feitas de pedras pintadas ou de panos coloridos. Para encanto de todos isto funcionava maravilhosamente bem e todos os anos na Primavera as árvores despontavam novamente.

Este costume da velha Europa precedeu o de trazer a árvore para dentro de casa, mas quando este começou a divulgar-se era perfeitamente natural acrescentar-lhe o mesmo tipo de enfeites, mesmo considerando que os abetos não perdiam as folhas. Os enfeites passaram a ser mais variados: esferas de vidro, frutas, pão de gengibre, doces e rebuçados, ornamentos de papel e velas, que por serem consideradas demasiado perigosas foram mais tarde substituídas por pequenas lâmpadas eléctricas coloridas.

Quando se leva para casa a pequena árvore e a pomos na entrada ou na sala de estar entregamo-nos à antiga adoração pagã da árvore.

Há mil e duzentos anos os Pagãos germânicos reverenciavam o carvalho. Foram feitas tentativas para os converter ao Cristianismo, mas a adoração das árvores estava demasiado implantada para ser facilmente abandonada. Os missionários adoptaram então, como de costume, o procedimento de absorver o costume pagão em vez de tentar bani-lo.

Cristianizaram a adoração da árvore, transferindo-a do carvalho para o abeto, pois este tem uma forma triangular, que representaria a Santíssima Trindade. Foi dito aos pagãos que se eles adorassem este novo tipo de árvore não estariam a desistir das suas antigas crenças mas estariam ao mesmo tempo a prestar homenagem à nova divindade cristã. Possivelmente para agradar a tantos deuses quantos possível eles

acabaram por concordar em fazer a alteração, nascendo a moderna árvore de Natal.

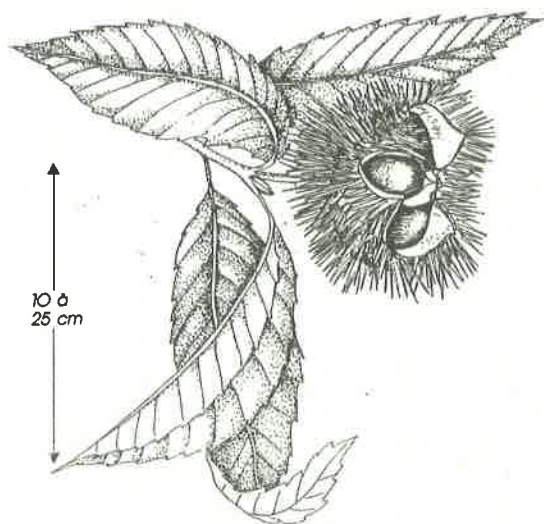
Esta tradição germânica demorou a espalhar-se na Europa, e embora a primeira referência em Inglaterra remonte a 1789 só depois de 1840, quando o Príncipe Alberto mandou instalar uma para a rainha Vitória no Castelo de Windsor este costume foi finalmente aceite. O seu uso generalizou-se por volta de 1860 sendo habitual por todo Norte da Europa e da América em finais do século XIX.

Os países latinos resistiram muito mais tempo a esta tradição mas actualmente também em Portugal o «Pinheiro de Natal» faz parte dos festejos natalícios.

(Adaptado de «Mistérios do Natal» de Desmond Morris)



(*Castanea sativa*, Mill.)
CASTANHEIRO
 Ordem *Fagales* Família *Fagaceae*



MORFOLOGIA

Porte e Longevidade

Atingem aos 70/80 anos 20 a 30 m de altura e excepcionalmente 35 m. As copas têm grande diâmetro em indivíduos velhos e isolados.

Apresenta grande longevidade (várias centenas de anos)



Altitude

400 a 800 m. Vai bem até aos 1100 m.



CLIMA

Temperatura

Média anual: 9 a 15°C

Média do mês mais frio: >(-1)°C

Mínima absoluta: >(-16)°C



Geada

É sensível à geada tardia.



Solo

Adaptável. Prefere os solos siliciosos, sílico-arenosos e vulcânicos desde que sejam fundos, frescos e férteis. Poderá suportar terrenos calcários apenas em poucos casos (solos ricos em potássio ou na presença de micorrizas)

ECOLOGIA

Área de distribuição



Precipitação

Suporta moderadamente a secura.
 800 a 1600 mm/ano.



Luz

É uma espécie de meia-sombra, moderadamente heliófila.



Exposição

Prefere a exposição a Norte



SILVICULTURA

Instalação do Povoamento

Sementeira: Preferivelmente na Primavera. 2 a 3 sementes por cova com 5 a 8 cm de profundidade, ou 100 a 400 Kg/ha. 30 a 40 dias entre sementeira e germinação.

Plantação: No Outono. Covas de 50 cm de largura por 30 de profundidade.

Soutos Plantas de 5 a 6 anos. Compassos até 10x12 no povoamento adulto.

Castiçais Plantas de 1 a 2 anos. Compasso 4x2 podendo baixar a 2x2 em talhadias de revolução curta.



Desbastes

Variam consoante o regime utilizado (Alto Fuste ou Talhadia)



Talhadia

É usada com o objectivo de produzir madeira de pequenas dimensões (até um DAP de cerca de 10 cm). Em França, para uma rotação de 25 a 30 anos: deixam-se 1500 pés/ha aos 15 anos. Isso pode ser feito em duas fases (limpar o povoamento entre o 5º e o 9º ano e desbastar entre o 10º e o 14º ano) ou apenas numa em que se faz um desbaste entre o 10º e o 14º ano.



Alto Fuste

Faz-se com o objectivo de produzir madeira de grandes dimensões (120 cm de PAP). A idade de corte deve ser o mais curta possível (40 a 60 anos) para evitar o fendilhamento dos anéis de crescimento que desvaloriza muito a madeira. No fim da revolução devem ter-se cerca de 150 árvores/ha.



Desramação

Faz-se quando se pretende obter madeira de qualidade. Em França usa-se desramar primeiro até aos 4 metros e até aos 6 metros de altura quando as árvores atingem 10 a 12 m.



Sub-bosque

A instalação de castanheiro com outras espécies (povoamentos mistos) permite maior resistência a pragas e doenças, melhor composição da mancha florestal e aumento da desramação natural do castanheiro.

Em França o uso do regime misto de talhadia e alto fuste permite também o ensombramento do tronco da árvores maiores. Nesse caso a talhadia não tem funções económicas.



PRAGAS E DOENÇAS

A «doença da tinta do Castanheiro» provoca grandes prejuízos. É provocada por fungos (*Phytophthora cinnamomi* e *P. cambivora*) que infectam as raízes.

A prevenção faz-se aumentando a fertilidade dos solos e recorrendo a clones ou porta-enxertos resistentes. No combate usavam-se sais de cobre mas estas técnicas tinham custos elevados e levam à contaminação dos solos.

O cancro do castanheiro (*Endothia parasitica*) também tem provocado grandes prejuízos.



UTILIZAÇÕES

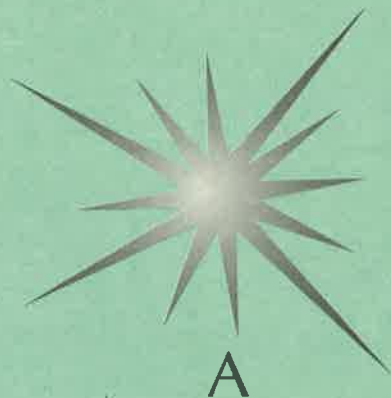
O Castanheiro tanto pode ser explorado para obtenção de fruto (soutos) como de madeira (castinçais). A castanha é um alimento de elevado valor energético, agradável sabor, de fácil conservação e transformação.

A madeira de castanho é de grande qualidade, rica em taninos, praticamente imputrescível. Tem diversas utilizações associados à viticultura ou às minas.



Bibliografia:

- Martins, J. A. – Caracterização e mapeamento dos povoamentos de *Castanea sativa* Mill. do Parque Natural da Serra da Estrela (Relatório Final de Estágio).UTAD, Vila Real. 1996.
- Bourgeois, C. – Aspectos técnico-económicos do castanheiro florestal in Sociedade e território nº 19, Novembro de 1993.



A

Forestis

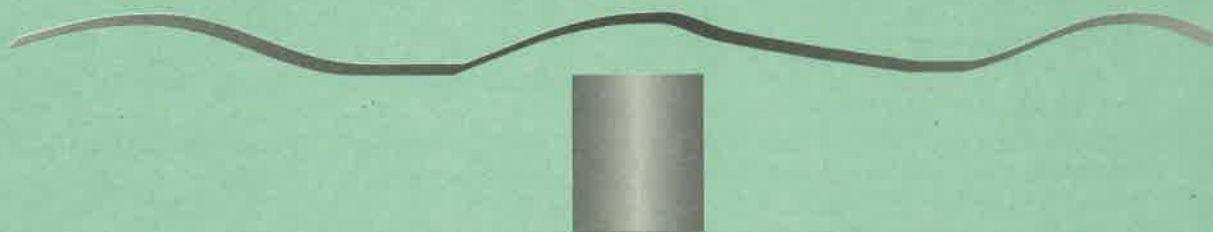
DESEJA A TODOS

OS ASSOCIADOS

COLABORADORES E AMIGOS

UM FELIZ NATAL E UM

PRÓSPERO ANO NOVO DE 1997



RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO • TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156

Entidades que patrocinam a *Forestis*

Ministério do Ambiente



Comissão Nacional de Avaliação do Estado do Ambiente



EMPORSIL
entidade promotora de silvicultura



SONAE
Indústria



Co-financiado pelo

FEDER - Fundo Europeu de

Desenvolvimento Regional

PRONORTE

Programa Operacional do Norte

Instituto Florestal